



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

ATO N. 124, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS E DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista deliberação do Conselho de Administração do Tribunal, em sessão de 28 de agosto de 1981,

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 5º, e seus parágrafos, do Ato nº 1, de 7 de janeiro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - O provimento dos cargos integrantes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (TFR-DAS-100) será feito por ato do Presidente do Tribunal Federal de Recursos, devendo recair em pessoas integrantes, ou não, do Quadro permanente da Secretaria do Tribunal, que, além de preencherem os requisitos gerais para investidura em função pública, possuam comprovada experiência administrativa, correspondente à área das atividades inerentes ao cargo e habilitação legal, quando for o caso.

§ 1º - A nomeação para os cargos de Direção ou Assessoramento Superiores, classificados nos níveis 4 e 3 do Anexo a que se refere o artigo 3º deste Ato, deverá recair em portadores de título universitário compatível com o exercício dos respectivos cargos e será precedida, se for o caso, de indicação do Ministro a cujo serviço ficará ligado o servidor.

§ 2º - Sem prejuízo de livre exoneração a qualquer tempo, o Assessor de Ministro será automaticamente exonerado na mesma ocasião do afastamento definitivo, por qualquer motivo, do Ministro que o houver indicado ou junto ao qual servir. A exoneração não impedirá nova nomeação, sob indicação de outro Ministro.

§ 3º - Os cargos de Assessor Judiciário serão providos em caráter transitório e de acordo com a necessidade dos serviços, cabendo ao Tribunal deliberar, quando existentes vagas, sobre a conveniência e a área do respectivo recrutamento e o número de cargos destinados à correspondente especialidade técnica, excluídos desta deliberação coletiva quatro cargos de assessoramento à Presidência do Tribunal, providos sob livre escolha, cujos ocupantes, sem prejuízo de dispensa a qualquer tempo, serão automaticamente exonerados na mesma

ocasião do afastamento definitivo do Presidente que os houver escolhido.

§ 4º - Atendido o disposto no parágrafo anterior, as nomeações para os cargos de Assessor Judiciário far-se-ão sob escolha do Tribunal, em sessão administrativa, dentre nomes indicados, sempre que possível em número superior ao de vagas, por Comissão Especial constituída pelo Plenário, composta de três Ministros e presidida pelo mais antigo. O processo seletivo atenderá às seguintes normas:

I – a comissão recrutará, pelos meios a seu alcance, nomes capazes de merecer a indicação;

II – os membros do Tribunal também poderão sugerir nomes à Comissão;

III – a Comissão investigará as qualificações, desempenho profissional ou funcional anterior, conduta pública e privada dos candidatos, e selecionará livremente aqueles que devam ser submetidos a escolha final do Plenário;

IV – votarão todos os Ministros, considerando-se escolhido, para cada vaga, quem obtiver maior número de sufrágios.

§ 5º - O processo de recrutamento e seleção previsto no parágrafo anterior não obstará a livre exoneração, a qualquer tempo, do ocupante do cargo de Assessor Judiciário”.

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data da sua publicação, revogado o Ato nº17, de 11 de outubro de 1977 e demais disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

(a) MINISTRO JARBAS NOBRE

PRESIDENTE